

**MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS  
CONCURSO PÚBLICO Nº 03/2024  
EDITAL DE ABERTURA Nº 03/2024**

**EDITAL Nº 03.12/2024 – RESPOSTAS AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS SOBRE O GABARITO  
PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS**

O Sr. Jorge Cladistone Pozzobom, Prefeito do Município de Santa Maria/RS, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, por este Edital, o que segue:

**1. DAS RESPOSTAS AOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS DO GABARITO PRELIMINAR DAS  
PROVAS OBJETIVAS.**

**CONHECIMENTOS GERAIS – CARGO PÚBLICO DE NÍVEL ESCOLAR FUNDAMENTAL  
INCOMPLETO – 4º SÉRIE/ 5º ANO**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Questão 20 – Gabarito mantido.**

A questão atende ao conteúdo programático: “Classes gramaticais: substantivo, adjetivo e verbo”, expresso no edital. Desse modo, mantém-se o gabarito preliminar.

**CONHECIMENTOS GERAIS – CARGOS PÚBLICOS DE NÍVEL ESCOLAR MÉDIO/TÉCNICO**

**LÍNGUA PORTUGUESA**

**Questão 02 – Gabarito mantido.**

Na primeira e terceira lacuna, o verbo “reduzir” não é regido por preposição, logo há apenas o “a” artigo que acompanha as palavras femininas “tolerância” e “força”, respectivamente. Já na segunda lacuna, a palavra “tolerância” rege a preposição “a”, bem como a palavra “dor”, por ser feminina, admite o artigo “a”. Dessa forma, faz-se necessária a crase. Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão 05 – Gabarito mantido.**

No período analisado, a oração principal é “Sara diz”. Sendo assim, o verbo da principal exige complemento o qual será encontrado na oração seguinte, ou seja, a subordinada complementa o sentido do verbo “dizer” que, nesse caso, é transitivo direto e pede um objeto direto. Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão 07 – Gabarito mantido.**

Na alternativa D, a palavra “sugestão” está escrita com “j”, o que a torna incorreta. Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão 13 – Gabarito mantido.**

Na palavra “aumenta”, ocorre dígrafo vocálico, pois, na sílaba “men”, há um som em “en”, representado por um único fonema /ẽ/; já na palavra “dormir”, há encontro consonantal perfeito, pois o “r” e o “m” ficam em sílabas separadas. Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão 16 – Gabarito mantido.**

No período apresentado, além da palavra “hábitos”, somente a palavra “esses” sofre alteração. Como o enunciado questiona quantas outras, obrigatoriamente, deverão ser alteradas, tem-se como resposta a letra B, ou seja, apenas uma, não sendo, portanto, contabilizada a palavra “hábitos”. Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão 18 – Gabarito mantido.**

A primeira pergunta é respondida no quarto parágrafo. A segunda pergunta não é respondida pelo texto, pois ele apenas menciona a titulação de Sara Giampá. A terceira pergunta é respondida no quinto parágrafo. Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

**LEGISLAÇÃO**

**Questão 21 – Gabarito mantido.**

A questão nº 21 do concurso público foi elaborada com base no Art. 8º, inciso VIII, da Constituição Federal de 1988, que trata da vedação à dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical, até um ano após o término do mandato, salvo em caso de falta grave.

A alternativa dada como correta (alternativa E) está em consonância com o texto constitucional, uma vez que a afirmativa III na questão avaliada reflete adequadamente a norma constitucional, ao mencionar a proteção do candidato a partir do registro da candidatura, estendendo-se a estabilidade até um ano após o término do mandato, exatamente como preconizado no inciso VIII. Portanto, o gabarito deve ser mantido, pois a alternativa E está correta de acordo com a Constituição Federal de 1988. As outras alternativas contêm erros ou imprecisões que as tornam incorretas. A afirmativa I admite interferência do Poder Público na organização sindical, o que é vedado pela CF, e as demais apresentam incorreções quanto à contribuição sindical, base territorial e direitos de aposentados. Assim, fica mantido o gabarito preliminar.

**Questão 22 – Gabarito mantido.**

A questão apresentada foi elaborada com base no Art. 31 da Constituição Federal de 1988. Os recursos que questionam a questão, de modo geral, alegam que o uso da expressão "prazo mínimo de sessenta dias" diverge do texto constitucional, que utiliza a expressão "durante sessenta dias". Contudo, essas alegações não procedem pelos seguintes motivos:

A utilização da expressão "prazo mínimo de sessenta dias" não contraria o texto constitucional. A Constituição Federal determina que as contas fiquem disponíveis "durante sessenta dias", o que significa que esse é o período mínimo necessário para garantir o direito de exame e apreciação. O uso da expressão "prazo mínimo" na questão apenas reforça a ideia de que o período de 60 dias deve ser respeitado como o mínimo exigido, sem impedir que o período possa ser estendido conforme a necessidade ou as regras locais. Ainda, o texto constitucional não impõe um limite máximo ao período de exposição das contas, mas garante que, no mínimo, 60 dias por ano devem ser destinados ao exame público. Assim, a alternativa apresentada não contém erro ou incompatibilidade com o dispositivo constitucional, sendo plenamente válida a expressão utilizada na questão. Portanto, com base na legislação vigente e na interpretação adequada do texto constitucional, a alternativa correta (D) deve ser mantida.

**Questão 23 – Gabarito mantido.**

A questão versa sobre a Lei 12.527/2011, apresentada claramente no enunciado e as alternativas B, C, D e E estão em desacordo com o texto legal. Ademais, a alternativa "A" está correta, pois o Art. 24, § 1º, inciso III estabelece que o prazo máximo de restrição de acesso para informações classificadas como reservadas é de 5 anos. Assim, mantém-se o gabarito.

**Questão 24 – Gabarito mantido.**

Considerando o texto legal e a interpretação correta da questão, a assertiva III, afirma que "O sigilo industrial pode ser mantido em atividades econômicas exploradas por entidades privadas que possuam vínculo com o poder público, desde que previsto por outras leis". Dessa forma, está de acordo com o disposto no Art. 22 da Lei nº 12.527/2011, que estabelece que o sigilo industrial pode ser mantido quando envolvido em atividades econômicas exploradas diretamente pelo Estado ou por entidades privadas vinculadas ao poder público, não excluindo outras previsões legais sobre sigilo. O artigo menciona explicitamente que o sigilo industrial decorrente dessas atividades não é excluído pelas disposições da referida lei, desde que esteja previsto em outra legislação específica.

O artigo 22 diz, em sua íntegra:  
*"O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público."*

Dessa forma, a alternativa D, indicada como correta pela banca, está em conformidade com o texto da Lei e não apresenta ambiguidade. O gabarito deve ser mantido.

#### **Questão 25 – Gabarito mantido.**

A questão versa sobre as medidas protetivas de urgência previstas no Art. 22 da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) que são mecanismos essenciais para a proteção imediata da mulher em situação de violência doméstica.

As alternativas A, B, C e D estão em desacordo com o texto legal.

Adicionalmente, a alternativa B apresenta o afastamento do lar ou domicílio do agressor, porém o art. 22 é claro ao mencionar "afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida", dessa forma, a alternativa está incorreta.

Portanto, o gabarito apresentado está em conformidade com a legislação vigente e reflete adequadamente as previsões do Art. 22 da Lei Maria da Penha.

#### **Questão 27 – Gabarito mantido.**

A questão versa sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e dispõe de diversas hipóteses que permitem o tratamento de dados pessoais. As alternativas A, B, C e E estão em desacordo com o texto legal.

O Art. 7º da LGPD estabelece as hipóteses nas quais o tratamento de dados pessoais pode ocorrer. No inciso II, a lei permite o tratamento de dados sem o consentimento do titular quando for necessário para o cumprimento de uma obrigação legal ou regulatória pelo controlador. Isso significa que, quando há uma exigência legal ou normativa que obrigue o controlador a processar dados, ele pode realizar o tratamento sem solicitar o consentimento do titular, pois a obrigação é imposta por lei. Por isso, a alternativa D que afirma essa permissão está correta e em total conformidade com a legislação.

Adicionalmente, a alternativa E está incorreta pois a LGPD prevê que o consentimento pode ser revogado a qualquer momento, mediante manifestação expressa do titular.

Assim, a alternativa não menciona a necessidade de manifestação do titular, o que torna essa alternativa incompleta e incorreta em relação ao texto legal. Portanto, ao analisar as disposições da LGPD, fica claro que apenas alternativa D está correta, pois reflete exatamente o que está disposto no Art. 7º, inciso II, permitindo o tratamento de dados sem consentimento para o cumprimento de obrigações legais ou regulatórias. Dessa forma, o gabarito D deve ser mantido.

#### **Questão 28. Gabarito mantido.**

A afirmativa I está incorreta. Conforme o Art. 23, inciso I da LGPD, o tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público deve ser divulgado ao público, com informações claras e atualizadas, exceto em situações específicas, como dados sensíveis ou quando o tratamento está relacionado à segurança pública. A divulgação não se restringe a ordens judiciais, como mencionado na afirmativa, tornando-a incorreta.

A afirmativa II está correta. Conforme o Art. 24 da LGPD, as empresas públicas e sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência são tratadas como pessoas jurídicas de direito privado. Entretanto, quando essas empresas estão operacionalizando políticas públicas, elas seguem as mesmas regras aplicáveis às entidades do Poder Público. A redação da afirmativa II está de acordo com a lei.

A afirmativa III está incorreta. O Art. 26 da LGPD estabelece que o compartilhamento de dados entre órgãos do poder público deve ter uma finalidade específica, relacionada à execução de políticas públicas ou ao cumprimento de atribuições legais. A simples existência de um acordo entre as partes envolvidas não é suficiente para justificar o compartilhamento de dados, o que torna essa afirmativa incorreta.

Dessa forma a única afirmativa correta é a II, conforme descrito na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Portanto, o gabarito A (Apenas a II) está correto e deve ser mantido.

## RACIOCÍNIO LÓGICO

### **Questão 31 – Gabarito mantido.**

Sabe-se que  $p \wedge q = V, p \vee q = V, p \rightarrow q = V$  e  $p \leftrightarrow q = V$ . Nessa direção, apenas a disjunção exclusiva implica num valor lógico falso. Logo, apenas a alternativa C está correta.

### **Questão 38 – Gabarito mantido.**

Primeiramente, vamos ver quantas pessoas assistem algum esporte, fazendo  $200 - 55 = 145$  assistem algum esporte. Assim, podemos descontar quem assiste somente ginástica artística (101 - 27), obtendo  $145 - 74 = 71$  pessoas. Ainda precisamos retirar quem assiste ginástica e futebol, obtenho  $71 - 27 = 44$ .

Desse modo, 44 pessoas assistem apenas futebol.

### **Questão 39 – Gabarito mantido.**

Com as duas proposições dadas, podemos perceber que existe professor que é atleta. Esses professores que são atletas certamente não são administradores (pois nenhum administrador é professor). Assim, podemos evidenciar que existem atletas que não são administradores (aqueles atletas que são professores certamente não são administradores). Isso permite marcar a alternativa D. Para as demais alternativas, repare que não temos informações suficientes para proferir aquelas afirmações. Em especial, no que se refere à última afirmação, esta não impede que TODOS os atletas possam ser professores e, o que invalida a afirmativa E. A resposta correta é a D.

### **Questão 40 – Gabarito mantido.**

O conteúdo programático atendido pela questão, e apresentado no edital de abertura é: “Raciocínio lógico matemático: operações entre números reais”. Para responder a questão, vamos analisar todas as assertivas abaixo:

I)  $2^{3^2} = 2^6$ . Falso, pois  $2^{3^2} = 2^8$ , visto que a base não se encontra entre parênteses.

II) 2,21212121... não é um número irracional, pois pode ser escrito em forma de fração. É uma dízima periódica, portanto, um número racional.

III)  $2^{0,25} = \sqrt[4]{2}$ . Verdadeiro, pois  $0,25 = 25/100 = 1/4$ .

IV)  $\frac{2}{\sqrt{5}+\sqrt{3}} = \sqrt{3} - \sqrt{5}$ . Falso, pois racionalizando o denominador, obtemos  $\sqrt{5} - \sqrt{3}$ , o que é diferente de  $\sqrt{3} - \sqrt{5}$ .

Assim, somente a assertiva III está correta, mantendo-se o gabarito preliminar.

## **CONHECIMENTOS GERAIS – CARGOS PÚBLICOS DE NÍVEL ESCOLAR SUPERIOR**

### LÍNGUA PORTUGUESA

#### **Questão 02 – Gabarito mantido.**

A locução POR QUE é a forma correta da grafia em sentenças interrogativas diretas ou indiretas (com ou sem ponto de interrogação, sendo equivalente a expressão POR QUE MOTIVO. Desse modo, mantém-se o gabarito.

#### **Questão 04 – Gabarito mantido.**

A introdução do texto apresenta o assunto central, e a estrutura textual é constituída de parágrafos formados por mais de um período. Por outro lado, além de não haver um gênero textual “metalinguístico” propriamente dito, também não ocorre predomínio de metáforas. Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão 13 – Gabarito mantido.**

A única alternativa em que o fenômeno indicado no enunciado ocorre é a letra A, com a mudança de um substantivo feminino plural para um verbo na segunda pessoa do singular. Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão 14 – Gabarito mantido.**

Nos itens II e IV, há separação indevida com vírgulas de constituintes sintáticos que não devem ser isolados. Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão 16 – Gabarito mantido.**

A única alternativa que apresenta corretamente o preenchimento das lacunas é a letra A, que contempla a resposta a – à – a – à. Assim, fica mantido o gabarito preliminar.

**Questão 18 – Gabarito mantido.**

No item IV, não seria possível colocar um ponto final no local apontado, sob pena de incorrer no erro sintático de fragmentação frasal. Nos demais itens, as afirmações relativas à pontuação estão corretas, sintática e semanticamente. Assim, fica mantido o gabarito preliminar.

**Questão 19 – Gabarito mantido.**

Na alternativa E, a concordância deve ser obrigatoriamente feita com o núcleo do sujeito. Assim, fica mantido o gabarito preliminar.

## **LEGISLAÇÃO**

**Questão 21 – Gabarito mantido.**

A única resposta correta para a questão é a prevista na alternativa D, pois corresponde na íntegra ao conteúdo do artigo 5º, inciso XLVII, “c”, da Constituição Federal. Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão 22 – Gabarito mantido.**

A única alternativa cuja resposta não está contemplada dentre as diretrizes do artigo 3º da Lei de Acesso à Informação é a E. Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão 26 – Gabarito mantido.**

A única resposta que contempla os exatos termos da Lei Geral de Proteção de Dados é a C, pois exatamente como o previsto no inciso II do artigo 4º da LGPD. O termo “exclusivamente” constante na alternativa C diz respeito à finalidade do tratamento dos dados (tratamento de dados pessoais realizado exclusivamente para fins jornalísticos) e não à possibilidade de ser a única exceção legal. Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão 29 – Gabarito mantido.**

A alternativa B é a única que corresponde ao disposto no artigo 80 da LOM. Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão 30 – Gabarito mantido.**

A alternativa C é a única que possui respaldo legal, conforme artigo 124 da Lei Municipal mencionada no enunciado. Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

## **RACIOCÍNIO LÓGICO**

**Questão 33 – Gabarito mantido.**

Pela questão, temos que as duas máquinas trabalham simultaneamente, produzindo, juntas, 200 peças (150 na máquina A e 50 na máquina B).

Desse modo, temos que  $1500 : 200 = 7,5$ . As máquinas, funcionando simultaneamente, demoram 7h e 30 min para produzirem essas peças, o que representa  $7 \times 60 + 30 = 420 + 30 = 450$  min.

Vale destacar, ainda, no que diz respeito ao sistema de numeração decimal, que para fazer a leitura de números muito grandes, dividimos os algarismos do número em classes (blocos de 3 ordens), colocando um espaço para separar as classes, começando da direita para a esquerda.

**Questão 37 – Gabarito mantido.**

Para resolver a questão, e visto que todas as alternativas estão na base 3, podemos fazer o seguinte:

$$\frac{\left(\frac{1}{27}\right)^2 \cdot (3^4)^5}{3^8 : \sqrt{9}}$$

$$\frac{\left(\frac{1}{3^3}\right)^2 \cdot 3^{20}}{3^8 : 3}$$

$$\frac{\left(\frac{1}{3}\right)^6 \cdot 3^{20}}{3^{-6} \cdot 3^{20}} \\ \frac{3^{14}}{3^7} = 3^7$$

Assim, fica mantido o gabarito preliminar.

**Questão 39 – Gabarito alterado para letra C.**

Para calcular o custo de 30 cm de fio, podemos seguir estes passos:

Primeiro, converter 30 cm para metros, pois o custo é dado por metro. 30 cm é igual a 0,30 metros. O custo de um metro de fio é R\$ 15,50. Então, para encontrar o custo de 0,30 metros, podemos multiplicar o custo por metro pelo comprimento em metros: Custo = 15,50 × 0,30 = R\$ 4,65. Desse modo, apenas a alternativa C está correta, ficando alterado o gabarito preliminar.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS POR CARGO PÚBLICO**

**OPERADOR DE MÁQUINAS RODOVIÁRIAS**

**Questão 50 – Gabarito mantido.**

Alternativa A) o bloqueio de diferencial não deve ser utilizado em curvas, pois como as rodas terão a mesma velocidade de rotação, a roda do lado interno da curva que gira mais devagar será forçada a acompanhar a roda que gira mais rápido, gerando uma grande pressão nas engrenagens. Portanto correta.

Alternativa B) sim é responsável por igualar a rotação das rodas. Portanto correta.

Alternativa C) é utilizado em situações de onde uma das rodas está livre. Portanto correta.

Alternativa D) é utilizado para situações de baixa aderência. Portanto correta.

Alternativa E) as rodas terão a mesma rotação e não uma maior que a outra. Portanto a alternativa incorreta.

Assim, apenas a alternativa E atende ao que se pede no enunciado, permanecendo o gabarito mantido.

**AGENTE ADMINISTRATIVO**

**Questão 44 – Gabarito mantido.**

Esta questão contempla o conteúdo programático de Noções de Direito Administrativo: estrutura e princípios da Administração Pública, como consta explicitado no edital 03/2024. A autora escolhida para fundamentar a questão é Maria Sylvia Zanella Pietro, pesquisadora em Direito Administrativo, reconhecida nacional e internacionalmente e consagrada como referência na área do Direito Administrativo. Ainda, importante destacar que o conteúdo é claro, não cabendo alegações sobre seu entendimento. Posto isso, a seguir apresentam-se as justificativas sobre a manutenção da questão.

A afirmativa I está correta, pois o Princípio da Supremacia do Interesse Público permite que procedimentos sejam adaptados para atender ao interesse público e maximização dos benefícios para a população, como o caso da questão, mas sempre dentro dos limites da legalidade e sem violar direitos fundamentais ou comprometer a eficiência administrativa.

A afirmativa II está incorreta, pois o Princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade implica medidas que aumentam substancialmente os custos e a burocracia não estão em conformidade com o princípio da razoabilidade e proporcionalidade.

A afirmativa III está correta, pois o Princípio da Legalidade e Hierarquia exige que todos os atos administrativos estejam fundamentados explicitamente em normas e leis vigentes. No entanto, uma autorização superior formal pode permitir exceções quando não há orientação legal explícita, como mencionado na questão, desde que os atos administrativos estejam em consonância com as diretrizes gerais da autarquia. Complementando, o princípio da Legalidade na Administração Pública estabelece que os agentes administrativos só podem agir conforme a lei. Isso significa que eles não podem realizar ações que não estejam explicitamente autorizadas por normas vigentes. Já o princípio da Hierarquia implica que os agentes devem seguir as ordens e diretrizes de seus superiores. Portanto, um agente pode executar decisões que não estão explícitas nas normas, mas apenas se houver uma autorização formal e legítima de um superior hierárquico, respeitando sempre a legalidade.

A afirmativa IV está incorreta, pois o Princípio da Moralidade e Transparência orienta que a transparência externa é um requisito fundamental, e as informações sobre ajustes em licitações e contratações devem ser amplamente divulgadas ao público, não se limitando a boletins internos.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

#### **Questão 45 – Gabarito mantido.**

A alternativa “A” está incorreta, pois essa opção ignora a necessidade do cidadão e falha em proporcionar um atendimento eficaz e humano, potencialmente perpetuando a frustração de Carlos.

A alternativa “B” está incorreta, pois embora essa atitude demonstre empatia, desrespeitar as regras pode levar a problemas administrativos e à percepção de favoritismo, o que não é ético em um serviço público.

A alternativa “C” está correta, pois esta é a atitude mais ética e equilibrada, pois permite que Paulo respeite as diretrizes do serviço e as informações pertinentes a serem prestadas enquanto demonstra consideração pelas necessidades de Carlos. Esse tipo de atendimento ajuda a garantir que o cidadão se sinta ouvido e apoiado, enquanto se cumpre com os procedimentos administrativos. A empatia é fundamental no serviço público, pois contribui para uma relação mais positiva entre a administração e o cidadão.

A alternativa “D” está incorreta, pois essa opção pode parecer uma solução rápida, mas demonstra falta de responsabilidade e não resolve a questão do cidadão que busca ajuda.

A alternativa “E” está incorreta, pois essa alternativa desconsidera a frustração de Carlos e a complexidade do seu problema, desvalorizando a importância do atendimento pessoal.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

#### **Questão 47 – Gabarito mantido.**

Esta questão contempla o conteúdo programático de Redação Oficial: aspectos gerais, como consta explicitado no edital 03/2024. As autoras escolhidas para fundamentar a questão são Suely Cobucci e Paula Cobucci, pesquisadoras em Letras e Linguística, reconhecidas nacional e internacionalmente e consagrada como referência na área da Redação Oficial na Administração Pública. Ainda, importante destacar que o conteúdo é claro, não cabendo alegações sobre seu entendimento. Posto isso, a seguir apresentam-se as justificativas sobre a manutenção da questão

A primeira afirmativa é verdadeira porque a redação oficial é caracterizada por sua impessoalidade e formalidade. O uso de pronomes pessoais é evitado para manter o texto objetivo e neutro, focando no conteúdo e não no autor ou destinatário.

A segunda afirmativa é falsa porque documentos oficiais devem adotar um estilo formal e técnico, evitando a linguagem coloquial e expressões informais para assegurar que a comunicação seja clara, profissional e adequada ao contexto institucional.

A terceira afirmativa é verdadeira porque a padronização e uniformidade são essenciais na redação oficial para garantir que os documentos da instituição mantenham um padrão reconhecível e consistente, facilitando a leitura e compreensão.

A quarta afirmativa é falsa porque em documentos oficiais, todas as siglas e abreviações devem ser explicadas na primeira ocorrência para evitar confusão e garantir que todos os leitores compreendam o conteúdo, mesmo aqueles que não estão familiarizados com as abreviações.

A quinta afirmativa é verdadeira porque a revisão é fundamental para garantir a precisão e a qualidade dos documentos oficiais. Erros gramaticais e de concordância podem comprometer a clareza e a credibilidade do texto, enquanto uma revisão cuidadosa assegura que todas as informações estejam corretas e completas.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

#### **Questão 48 – Gabarito mantido.**

Esta questão contempla o conteúdo programático de Noções de Arquivologia, como consta explicitado no edital 03/2024. Os autores escolhidos para fundamentar a questão são Anna Carla Almeida Mariz e Thayron Rodrigues Rangel, pesquisadores em Arquivologia reconhecidos nacional e internacionalmente e consagrados como referência na área da Arquivologia. Ainda, importante destacar que o conteúdo é claro, não cabendo alegações sobre seu entendimento. Posto isso, a seguir apresentam-se as justificativas sobre a manutenção da questão.

A afirmativa I está correta, pois o ciclo de vida dos documentos é um conceito fundamental em Arquivologia, que descreve as etapas desde a criação dos documentos até sua eliminação ou arquivamento final.

A afirmativa II está incorreta, pois a Teoria da Proveniência, ou Princípio da Proveniência, enfatiza que os documentos devem ser organizados com base na sua origem e contexto de criação, e não apenas na sua forma, para manter a integridade e a contextualidade dos arquivos.

A afirmativa III está correta, pois o princípio da Originalidade (Ordem Original) na arquivologia enfatiza a importância de preservar os documentos em sua forma original, mantendo suas características autênticas e contextuais. Isso significa que, mesmo quando há necessidade de adaptar documentos para consulta ou digitalização, as alterações não devem comprometer a integridade e a autenticidade do material original.

A afirmativa IV está incorreta, pois o termo Arquivamento Dinâmico geralmente se refere ao gerenciamento de documentos em papel em movimento e não diretamente ao uso de tecnologias digitais. Embora tecnologias digitais possam melhorar a gestão de documentos, o conceito específico de Arquivamento Dinâmico é relacionado ao gerenciamento de documentos em trânsito ou em uso ativo.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

#### **Questão 49 – Gabarito mantido.**

Esta questão contempla o conteúdo programático de Noções de Administração de Materiais, como consta explicitado no edital 03/2024. A autora escolhida para fundamentar a questão é Loreni Brandalise, administradora e Doutora em Engenharia de Produção, reconhecida nacional e internacionalmente e consagrada como referência na área da Administração e Engenharia de Produção. Ainda, importante destacar que o conteúdo é claro, não cabendo alegações sobre seu entendimento. Posto isso, a seguir apresentam-se as justificativas sobre a manutenção da questão.

A primeira afirmativa é verdadeira porque o sistema JIT visa minimizar os níveis de estoque e reduzir custos de armazenamento, mas depende fortemente da precisão na programação e na coordenação com os fornecedores para evitar faltas ou excessos de estoque.

A segunda afirmativa é verdadeira porque o inventário periódico pode ser mais econômico para empresas públicas que não requerem atualizações em tempo real, pois reduz os custos associados ao monitoramento constante dos níveis de estoque. Esse sistema é geralmente mais simples e menos custoso em termos de manutenção e operação.

A terceira afirmativa é verdadeira porque a tecnologia RFID permite rastreamento em tempo real dos itens, melhorando a precisão dos dados e a eficiência na gestão de inventário, ajudando na tomada de decisões rápidas e informadas.



A quarta afirmativa é verdadeira porque embora a automação melhore a eficiência, a dependência excessiva pode criar vulnerabilidades, especialmente se ocorrerem falhas tecnológicas ou problemas de integração com outros sistemas.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

#### **Questão 50 – Gabarito mantido.**

Esta questão contempla o conteúdo programático de Fundamentos de Administração Financeira e Orçamentária, como consta explicitado no edital 03/2024. O autor escolhido para fundamentar a questão é Fábio de Freitas Mariz, pesquisador em Matemática e Finanças, reconhecido nacionalmente e referência na área da Administração Financeira. Ainda, importante destacar que o conteúdo é claro, não cabendo alegações sobre seu entendimento. Posto isso, a seguir apresentam-se as justificativas sobre a manutenção da questão.

A afirmativa I está correta, pois o orçamento base-zero é uma abordagem que começa do zero e exige a justificativa de todas as despesas, promovendo a revisão e a potencial eliminação de gastos desnecessários.

A afirmativa II está incorreta, pois o orçamento por linha, que detalha despesas por categoria, tende a ser mais rígido e menos flexível para ajustes rápidos, comparado a abordagens mais modernas, como o orçamento baseado em atividades.

A afirmativa III está incorreta, pois o planejamento financeiro de longo prazo é fundamental para a gestão pública, pois permite a definição de metas e estratégias para enfrentar desafios futuros, mesmo que as previsões possam precisar de ajustes.

A afirmativa IV está correta, pois a análise de variação orçamentária é crucial para monitorar e controlar os gastos, permitindo ajustes e melhorando a transparência e a responsabilidade na gestão pública.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

#### **Questão 51 – Gabarito mantido.**

Esta questão contempla o conteúdo programático de Fundamentos de Administração Financeira e Orçamentária, como consta explicitado no edital 03/2024. O autor escolhido para fundamentar a questão é Fábio de Freitas Mariz, pesquisador em Matemática e Finanças, reconhecido nacionalmente e referência na área da Administração Financeira. Ainda, importante destacar que o conteúdo é claro, não cabendo alegações sobre seu entendimento. Posto isso, a seguir apresentam-se as justificativas sobre a manutenção da questão.

A afirmativa I está correta, pois o fluxo de caixa operacional é fundamental para entender a capacidade da Secretaria de gerar recursos a partir de suas operações principais e é essencial para avaliar a liquidez.

A afirmativa II está incorreta, pois a DRE é usada para mostrar o desempenho financeiro durante um período específico, refletindo receitas, despesas e o lucro ou prejuízo do exercício. A avaliação da posição financeira em um momento específico é feita pelo balanço patrimonial.

A afirmativa III está correta, pois o fluxo de caixa de financiamento cobre transações relacionadas a financiamento, como empréstimos e emissão de títulos, e é importante para entender como a Secretaria gerencia suas obrigações financeiras de longo prazo.

A afirmativa IV está correta, pois a análise de fluxo de caixa é crucial, mas não deve ser considerada mais importante do que as demonstrações financeiras. Ambas as análises são complementares: o fluxo de caixa fornece insights sobre a liquidez e as operações de curto prazo, enquanto as demonstrações financeiras fornecem uma visão abrangente da posição financeira e do desempenho.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

#### **Questão 53 – Gabarito mantido.**

Esta questão contempla o conteúdo programático de Fundamentos de Administração: planejamento, organização, direção e controle das organizações, como consta explicitado no edital 03/2024. O autor escolhido para fundamentar a questão foi Idalberto Chiavenato, que é Doutor e Mestre em Administração, reconhecido nacional e internacionalmente e consagrado como referência na área de Administração, Recursos Humanos, Estratégia Organizacional e Comportamento Organizacional. Ainda, importante destacar que o conteúdo é claro, não cabendo alegações sobre seu entendimento. Posto isso, a seguir apresentam-se as justificativas sobre a manutenção da questão.

A alternativa “A” está incorreta, pois a afirmativa descreve a estrutura por projetos, não a funcional. A estrutura por projetos é focada em projetos específicos e não na especialização funcional.

A alternativa “B” está incorreta, pois a afirmativa descreve a estrutura matricial, não a funcional. A estrutura matricial combina funções e projetos, enquanto a estrutura funcional é mais centrada na especialização por área.

A alternativa “C” está incorreta, pois a afirmativa descreve a estrutura por equipe, não a funcional. A estrutura por equipe é baseada em equipes autônomas e não na especialização funcional.

A alternativa “D” está incorreta, pois a afirmativa descreve a estrutura linear, que é um tipo de estrutura organizacional diferente da funcional, caracterizada por uma hierarquia direta e centralizada.

A alternativa “E” está correta, pois a estrutura funcional organiza a empresa de acordo com funções especializadas, facilitando a especialização e a eficiência nas operações dentro de cada área funcional. Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

#### **Questão 55 – Gabarito mantido.**

Esta questão contempla o conteúdo programático de Noções de Gestão Patrimonial, como consta explicitado no edital 03/2024. O autor escolhido para fundamentar a questão foi Thiago Ramos de Souza, que pesquisador em Administração Pública, reconhecido nacionalmente e consagrado como referência na área de Administração Pública. Ainda, importante destacar que o conteúdo é claro, não cabendo alegações sobre seu entendimento. Posto isso, a seguir apresentam-se as justificativas sobre a manutenção da questão.

A primeira alternativa é verdadeira, porque a documentação detalhada de todos os processos relacionados aos bens é essencial para garantir a rastreabilidade e a transparência, fundamentais para a boa gestão patrimonial.

A segunda alternativa é falsa, porque a legislação exige que o inventário inclua tanto a contagem quanto a avaliação do estado de conservação dos bens para garantir a integridade e a precisão dos registros patrimoniais.

A terceira alternativa é falsa, porque os agentes administrativos devem atualizar os registros patrimoniais sempre que houver movimentações internas ou mudanças no estado dos bens para garantir a precisão e a conformidade contínua.

A quarta alternativa é verdadeira, porque é necessário avaliar regularmente os bens inservíveis e seguir procedimentos transparentes e regulamentares para garantir a correta destinação dos bens, mantendo a conformidade e a responsabilidade.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

#### **Questão 56 – Gabarito mantido.**

Esta questão contempla o conteúdo programático de Serviços e rotinas de protocolo e expedição, como consta explicitado no edital 059/2022. A autora escolhida para fundamentar a questão foi Roselene Candida Alves, formada em Arquivologia e Mestre em Ciência da Informação, servidora pública arquivista na Comissão de Valores Mobiliários do Ministério da Economia, reconhecida nacionalmente como referência na área da Arquivologia. Ainda, importante destacar que o conteúdo é claro, não cabendo alegações sobre seu entendimento. Posto isso, a seguir apresentam-se as justificativas sobre a manutenção da questão.

A primeira alternativa é falsa, pois embora a autenticação seja crucial para a segurança, a implementação não deve necessariamente aumentar a complexidade excessiva dos processos. A segurança deve ser equilibrada com a eficiência e a usabilidade.

A segunda alternativa é verdadeira, pois a legislação geralmente requer que tanto documentos em papel quanto digitais sejam controlados com rigor, garantindo que todas as movimentações e modificações sejam registradas de forma completa e precisa.

A terceira alternativa é falsa, pois a automação, quando bem implementada, pode melhorar a transparência ao proporcionar registros detalhados e auditáveis das movimentações de documentos, ao contrário de obscurecer o rastreamento.

A quarta alternativa é verdadeira, pois os agentes administrativos devem assegurar que todas as rotinas de expedição estejam alinhadas com as normas, elaborando relatórios e mantendo históricos auditáveis para garantir a conformidade e a transparência.

A quinta alternativa é falsa, pois mesmo que os registros estejam em conformidade com a legislação, a Defensoria Pública, como qualquer outra estrutura da Administração Pública, deve seguir

procedimentos formais e regulamentados para garantir a eficiência, a transparência e a conformidade completa com as normas específicas.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

#### **Questão 58 – Gabarito mantido.**

Esta questão contempla o conteúdo programático de Fundamentos de Administração: planejamento, organização, direção e controle das organizações, como consta explicitado no edital 03/2024.

A alternativa A está incorreta, pois a transferência de recursos deve ser feita de forma a respeitar a autonomia dos Municípios, mas isso não implica que os Municípios não possam ser orientados em suas políticas públicas, especialmente em áreas de saúde e educação.

A alternativa B está incorreta, pois embora as Autarquias tenham autonomia administrativa e financeira, elas não estão sujeitas a controle direto da Administração Direta de forma a limitar sua autogestão; devem seguir normas gerais de controle, mas com certa independência.

A alternativa C está incorreta, pois a criação de uma Empresa Pública requer justificativa técnica que demonstre a conveniência do modelo, respeitando o princípio da eficiência e as normas que regem a gestão pública.

A alternativa D está incorreta, pois uma vez que os princípios da moralidade e da legalidade são basilares na administração pública e não podem ser desprezados em nome da eficiência.

A alternativa E está correta, pois a realização de audiências públicas é obrigatória e deve garantir a participação da sociedade civil, assegurando a transparência e o controle social, conforme preceitos constitucionais que visam à participação democrática.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

#### **Questão 59 – Gabarito mantido.**

Esta questão contempla o conteúdo programático de Noções de Direito Administrativo: estrutura e princípios da Administração Pública, como consta explicitado no edital 03/2024. A autora escolhida para fundamentar a questão é Maria Sylvia Zanella Pietro, pesquisadora em Direito Administrativo, reconhecida nacional e internacionalmente e consagrada como referência na área do Direito Administrativo. Ainda, importante destacar que o conteúdo é claro, não cabendo alegações sobre seu entendimento. Posto isso, a seguir apresentam-se as justificativas sobre a manutenção da questão.

A afirmativa I está incorreta, pois a legislação não exige que toda criação de política pública seja precedida de consulta pública, embora seja uma prática recomendada para garantir transparência e participação social. As exigências podem variar conforme o tipo de ato e a legislação específica.

A afirmativa II está correta, pois os atos administrativos vinculados são aqueles em que a Administração Pública deve agir exatamente conforme a legislação, sem margem para julgamento ou discricionariedade.

A afirmativa III está incorreta, pois a revogação de um ato administrativo por conveniência administrativa deve ser justificada com base no interesse público. Não é suficiente que a revogação beneficie a administração; deve atender a critérios de interesse público e adequação. A revogação de um ato administrativo só pode ocorrer por conveniência administrativa se o ato for **legalmente revogável**, ou seja, se não for um ato definitivo ou que gere direitos adquiridos a terceiros.

A afirmativa IV está incorreta, pois o direito ao contraditório e à ampla defesa é garantido pela Constituição e deve ser respeitado em todos os processos administrativos que envolvem sanções, independentemente das evidências.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

#### **Questão 60 – Gabarito mantido.**

Esta questão contempla o conteúdo programático de Fundamentos de Administração Financeira e Orçamentária, como consta explicitado no edital 03/2024. O autor escolhido para fundamentar a questão é Fábio de Freitas Mariz, pesquisador em Matemática e Finanças, reconhecido nacionalmente e referência na área da Administração Financeira. Ainda, importante destacar que o conteúdo é claro, não cabendo alegações sobre seu entendimento. Posto isso, a seguir apresentam-se as justificativas sobre a manutenção da questão.

A primeira alternativa é verdadeira, pois o conceito de valor do dinheiro no tempo é fundamental em finanças e reflete a ideia de que uma unidade monetária hoje tem um valor diferente no futuro devido ao potencial de ganho de juros e ao risco.

A segunda alternativa é falsa, pois a análise de fluxo de caixa descontado (FCD) considera o custo de oportunidade do capital, pois desconta os fluxos de caixa futuros usando a taxa de desconto que reflete o custo de oportunidade.

A terceira alternativa é verdadeira, pois o WACC é uma medida do custo médio ponderado das diferentes fontes de capital de uma empresa, incluindo dívida e capital próprio, e é essencial para avaliação de investimentos e projetos.

A quarta alternativa é verdadeira, pois a teoria da estrutura de capital indica que a escolha correta da estrutura de capital pode maximizar o valor da empresa ao equilibrar o custo do capital e o risco, otimizando a composição entre dívida e capital próprio.

A quinta alternativa é falsa, pois o VPL é uma técnica que ajusta os fluxos de caixa futuros ao valor presente, levando em conta o valor do dinheiro no tempo. Ele não se foca apenas na rentabilidade, mas sim no valor presente líquido dos fluxos de caixa descontados.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

### **MOTORISTA DE TRANSPORTE DE PESSOAS E CARGAS**

#### **Questão 48 – Gabarito mantido.**

Conforme o artigo 180 do Código de Trânsito Brasileiro, ter seu veículo imobilizado na via por falta de combustível é uma infração de trânsito do tipo média na qual prevê como penalidade a multa. Já o art. 259 do CTB nos traz que a cada infração cometida serão computados os seguintes números de pontos:

I - gravíssima - sete pontos.

II - grave - cinco pontos.

III - média - quatro pontos.

IV - leve - três pontos.

Sendo assim, o comando da questão pede a alternativa correta que prevê o tipo de infração e a penalidade atribuída à conduta descrita. A única alternativa que apresenta a opção correta é a letra A.

### **CONTADOR**

#### **Questão 41 – Gabarito mantido.**

Enunciado é claro ao tratar da Lei Orçamentária Anual, não possibilitando alusão sobre outras ferramentas do planejamento, assim, a única alternativa correta de acordo com o artigo 5º da LC 101/00. Desse modo, mantém-se o gabarito preliminar.

#### **Questão 42 – Gabarito mantido.**

O artigo 145, §3º da Constituição Federal é bem claro elencando os princípios que o Sistema Tributário Nacional deve observar, sendo estes da simplicidade, da transparência, da justiça tributária, da cooperação e da defesa do meio ambiente. Desse modo, mantém-se o gabarito preliminar.

#### **Questão 43 – Gabarito mantido.**

As etapas e orientações acerca do processo fiscal estão dispostos no artigo 176 da Lei Complementar nº 2/2001, que assim dispõe: “A lavratura da notificação preliminar, da notificação de lançamento e do auto de infração incumbe, privativamente, aos servidores que tenham competência para a fiscalização do tributo conforme determinam as atribuições pertinentes a cada Cargo.” Dessa forma, o gabarito está correto.

#### **Questão 44 – Gabarito mantido.**

O enunciado questionava sobre Atos de Improbidade Administrativa que Importam Enriquecimento Ilícito, ou seja, o que está disposto no artigo 9º da referida Lei. Somente a alternativa D apresentar essa situação, mantendo-se o gabarito preliminar.

#### **Questão 46 – Gabarito mantido.**

O enunciado solicita a correta menção e definição das subvenções apresentadas na lei 4320/64. Apenas a alternativa A atende plenamente ao que se pede no enunciado. Dessa forma, mantém-se o gabarito.

**Questão 47 – Gabarito mantido.**

As alternativas do enunciado estão de acordo com artigo 106 da Lei Orgânica, que prevê situações de renúncia fiscal que poderão ser adotados pelo município. A questão está de acordo com o conteúdo programático e não incorrem irregularidades em sua formulação. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão 49 – Gabarito mantido.**

O item 18 da NBC TSP 08 define ativo intangível, com conceituação clara e objetiva, cujas lacunas do enunciado contém exatamente as expressões nele dispostas. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão 51 – Gabarito mantido.**

Apenas a alternativa “B” está correta, pois está de acordo com Exemplo 2, do item 16.2.1, da Parte II, do MCASP.

**Questão 53 – Gabarito mantido.**

Dentre as alternativas apenas a A contempla o que consta na normativa. A alternativa D contém a expressão “após a data da autorização para publicação das demonstrações contábeis” a qual não condiz com a temporalidade do evento subsequente. Dessa forma, mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão 54 – Gabarito mantido.**

Dentre os atributos do candidato estão o conhecimento e interpretação. Dentre os atributos da informação de custo, encontrado no item 12 da norma citada no enunciado, não consta a Transparência, e a definição da última assertiva “A qualidade da informação deve permitir influenciar decisões e auxiliar na avaliação de eventos passados, presentes e futuros.” É do atributo RELEVÂNCIA, não OPORTUNIDADE.

**Questão 55 – Gabarito mantido.**

O enunciado questionava claramente sobre o conceito e definição do tipo de relacionamento, não sobre conceitos de modo em geral de acordo com a NBC TSP Estrutura Conceitual, dessa forma, somente a expressão e definição “Propósito Comum” se encontra na parte 8.48 da norma mencionada no enunciado. Dessa forma, o gabarito se mantém.

**Questão 57 – Gabarito mantido.**

Dentre as assertivas apresentadas o único grupo onde o Manual de Contabilidade Societária da USP indica que sejam registrados os Adiantamentos a Fornecedores é no grupo de Estoque. Nenhuma das outras assertivas dispõe sobre possibilidades mencionadas no Manual, dessa forma, o gabarito se mantém.

**Questão 58 – Gabarito mantido.**

O Conteúdo da questão está de acordo com o conteúdo programático: Conceitos de fluxo de caixa, ativos, passivos, resultado e demonstrativos contábeis conforme manual de contabilidade societária da USP, 3ª edição de 2018, Noções de contabilidade no setor público. Ainda, a questão está de acordo com o disposto no item 22.3.3 do Manual da USP.

**Questão 59 – Gabarito mantido.**

A NBC TSP 33 menciona a modificação dos fluxos de caixa de ativos financeiros, a segunda alternativa menciona “passivos financeiros” que são diferentes. Dessa forma, o gabarito se mantém.

**ENGENHEIRO ELETRICISTA**

**Questão 43 – Gabarito mantido.**

O enunciado solicita a indicação de uma alternativa de operação das potências ativa e reativa para atender a necessidade operacional de 90MW e +70 MVar. Porém estas potências violam o limite de potência do gerador em MVA, pois  $\text{raiz}((90^2)+(70^2)) = 114,02$  MVA, acima do limite de 80 MVA.

Logo, é necessário procurar um ponto de operação que atende a estes limites.

A alternativa A não atende ao valor mínimo de potência ativa (Pmin), logo está incorreta.

A alternativa B não atende ao valor mínimo de potência reativa (Qmin), logo está incorreta.

A alternativa C leva a 80,62 MVA, violando também o limite de 80 MVA e está incorreta.

A alternativa D não atende ao valor máximo de potência reativa (Qmax), logo está incorreta.

A alternativa E leva a 74,33 MVA, e esta alternativa é que apresenta a maior potência em MVA, respeitando o limite de equipamento que é 80 MVA, e é a alternativa correta.

## **ENGENHEIRO FLORESTAL**

### **Questão 47 – Gabarito mantido.**

A alternativa “A” está incorreta, pois a areia não retém bem os nutrientes e necessita de suplementação frequente com fertilizantes

A alternativa “B” está incorreta pois a turfa é uma fonte não renovável em longo prazo e sua extração pode causar impactos ambientais significativos.

A alternativa “C” está correta, pois descreve corretamente as características da fibra de coco, que é um substrato leve, resistente à decomposição e que pode apresentar alta salinidade, exigindo lavagem antes do uso.

A alternativa “D” está incorreta, pois a casca de pinus compostada não é inerte; ela fornece matéria orgânica e contribui para a estrutura do solo.

A alternativa “E” está incorreta, pois a vermiculita é um substrato inorgânico, não orgânico, e não é uma fonte de nutrientes.

### **Questão 59 – Gabarito alterado para letra A.**

A alternativa “A” está correta, pois as APPs como aquelas áreas que devem ser protegidas para assegurar a função ambiental dos ecossistemas, independentemente do uso do solo.

A alternativa “B” está incorreta, pois as APPs abrangem mais do que apenas mata ciliar; incluem também outras áreas sensíveis como encostas e áreas de nascentes.

A alternativa “C” está incorreta, pois o Código Florestal não permite o desmatamento das APPs para cultivo, mesmo com compensação em outras áreas.

A alternativa “D” está incorreta, pois as APPs não podem ser substituídas por áreas urbanas; devem ser preservadas e recuperadas, mesmo em áreas urbanas e rurais.

A alternativa “E” está incorreta, pois as APPs têm como objetivo a proteção de áreas sensíveis, como margens de rios, encostas (com declividade acima de 45º) e áreas de nascentes, e a sua preservação é obrigatória conforme o Código Florestal Brasileiro.

Assim, o gabarito merece ser alterado.

### **Questão 60 – Gabarito mantido.**

As alternativas “A”, “B”, “D” e “E” estão incorretas, pois as alternativas não correspondem adequadamente sobre arborização de ruas e avenidas urbanas. Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

## **GEÓLOGO**

### **Questão 43 – Gabarito mantido.**

A alternativa “A” está incorreta, pois a paisagem é determinada pela tectônica, erosão, clima, e substrato rochoso e associados, estes fatores compõem os processos formadores de vales e montanhas e todos estes fatores são fundamentais e ocorrem integrados.

A alternativa “B” está incorreta, pois ravinas são um tipo de topografia formada por ravinamentos profundos, resultantes da rápida erosão de folhelhos e argilas.

A alternativa “C” está incorreta, pois é pela isostasia, que à medida que uma cadeia de montanhas se forma, sofre um lento afundamento pela ação da gravidade, de modo que a crosta se encurva para baixo e não pelos processos de retroalimentação entre clima e topografia

A alternativa “D” está incorreta, pois um aumento da declividade do leito fluvial ou da descarga, ou, por outro lado, uma diminuição do volume de sedimentos ou do tamanho de grão, aumentará a erosão provocada pelo rio em seu próprio leito.

A alternativa “E” está correta, pois a paisagem é descrita em termos da topografia, que inclui a elevação ou altitude da superfície da Terra, acima ou abaixo do nível do mar. E o relevo, que é a diferença entre o ponto mais alto e o mais baixo de uma região.

#### **Questão 46 – Gabarito mantido.**

A alternativa “A” está correta, pois diagênese refere-se a mudanças físicas e químicas que continuam até que os sedimentos ou as rochas sedimentares sejam novamente expostos ao intemperismo ou metamorfismo pelo calor e pressão. São processos diagenéticos, a cimentação, compactação e oxidação, sendo esta última um dos processos diagenéticos mais comumente descritos em todas as rochas sedimentares.

A alternativa “B” está incorreta, pois a temperatura e a pressão aumentam com a profundidade. O aumento da pressão é responsável pela compactação dos sedimentos soterrados.

A alternativa “C” está incorreta, pois tanto a cimentação quanto a compactação resultam na litificação, a transformação de sedimentos inconsolidados em rochas. A cimentação diminui a porosidade e a permeabilidade das rochas.

A alternativa “D” está incorreta, pois as lamias depositadas recentemente, inclusive as carbonáticas, são altamente porosas, onde é comum a ocorrência de 60% de água em seus espaços porosos. Como resultado, as argilas tendem a ser as últimas fases a compactar no soterramento, perdendo mais da metade de sua água.

A alternativa “E” está incorreta, pois a cimentação é a principal mudança na diagênese química, na qual os minerais são precipitados nos poros dos sedimentos.

#### **Questão 47 – Gabarito mantido.**

A assertiva “I” está incorreta, pois o um terraço fluvial ocorre quando a energia de um rio decai, levando o abandono da carga de fundo e não caracteriza uma erosão remontante.

A assertiva “II” está correta, pois cânions resultam da erosão regressiva por incisão em um platô, e mais raramente, por desmoronamento do teto de uma galeria subterrânea.

A assertiva “III” está correta, pois dolina representa uma incisão circular ou oval, cujo fundo é atapetado de argila avermelhada.

A assertiva “IV” está correta, pois técnicas inovadoras de análises morfotectônicas estão sendo amplamente empregadas, como por exemplo, traços de fissão e isótopos cosmogênicos, onde se destacam os estudos de traços de fissão em apatitas (e zircões) que permitem reconhecer a velocidade de denudação de plútons e, portanto, avaliar as taxas de soerguimento correspondentes. Assim como os isótopos cosmogênicos, que permitem ao pesquisador medir tempos de exposição ao ar livre de superfícies particulares.

A assertiva “V” está incorreta, pois cavalgamentos ativos são feições compressivas. Deste modo, estando corretas apenas as assertivas II, III e IV, conforme indicado, sendo contemplado pela alternativa de letra C, fica mantido o gabarito da questão.

#### **Questão 48 – Gabarito mantido.**

A 1ª assertiva é verdadeira, pois geólogos têm atribuição para trabalhos topográficos e geodésicos

A 2ª assertiva é verdadeira, pois geólogos têm atribuição para levantamentos geológicos, geoquímicos e geofísicos.

A 3ª assertiva é verdadeira, pois geólogos têm atribuição para ensino das ciências geológicas nos estabelecimentos de ensino secundário e superior

A 4ª assertiva é falsa, pois laudos de águas superficiais não é atribuição inicial do geólogo, pois a Lei Nº 4.076 de 23 de junho de 1962 que regula o exercício da profissão de Geólogo não expressa em seu teor a atribuição inicial do geólogo “laudos de águas superficiais”.

A 5ª assertiva é falsa, pois desmonte de rochas não é atribuição inicial do geólogo.

Deste modo, o preenchimento correto dos parênteses é V – V – V – F – F, contemplado pela alternativa de letra C, ficando mantido o gabarito da questão.

**Questão 51 – Gabarito mantido.**

A alternativa “A” está incorreta, pois a ágata é microcristalina fibrosa;

A alternativa “B” está correta, pois ágata e ametista são, de fato, variedades de sílica (SiO<sub>2</sub>), sendo que a ágata é uma variedade de calcedônia, que é uma forma microcristalina de quartzo e a ametista é uma variedade de quartzo com coloração violeta devido a traços de Fe.

A alternativa “C” está incorreta, pois a ágata é uma variedade de quartzo microcristalina fibrosa que pode ser bandada, mas há variedades que não mostram estas bandas, como a ágata musgo e a madeira agatizada.

A alternativa “D” está incorreta, pois a ametista com frequência pode receber tratamento térmico para realçar a sua cor violeta ou para adquirir a coloração amarela do citrino

A alternativa “E” está incorreta, pois a ágata, assim como a ametista, são minerais anidros.

**Questão 59 – Gabarito mantido.**

A alternativa “A” está correta, pois as sondagens à percussão com circulação de água permitem a execução do ensaio SPT, no qual o número de pancadas de um martelo é utilizado para medir a resistência à penetração do solo, conforme expõem Maciel Filho e Nummer (2014).

A alternativa “B” está incorreta, pois as galerias são apropriadas para rochas ou solos muito consistentes, refutando a afirmação de que esses métodos são usados exclusivamente para solos.

A alternativa “C” está incorreta, pois o barrilete simples tem menor capacidade de recuperação, especialmente em rochas frágeis, já os barriletes duplos e especiais são mais indicados para maior recuperação de testemunhos.

A alternativa “D” está incorreta, pois o índice RQD é aplicável apenas em barriletes duplos de diâmetro NX (76 mm), refutando a ideia de que pode ser utilizado em barriletes de qualquer diâmetro.

A alternativa “E” está incorreta, pois sondagem rotativa utiliza água ou lama de perfuração para resfriar a broca e remover o material escavado, o que torna a afirmativa incorreta.

**PROCURADOR JURÍDICO**

**Questão 31 – Gabarito mantido.**

A base legal da questão é o art. 16, § 11º, que assim dispõe:

Art. 16. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

§ 11. A ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar **veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral**, semoventes, navios e aeronaves, ações e quotas de sociedades simples e empresárias, pedras e metais preciosos e, apenas na inexistência desses, o bloqueio de contas bancárias, de forma a garantir a subsistência do acusado e a manutenção da atividade empresária ao longo do processo (grifou-se).

Logo, a alternativa E é a que apresenta expressa previsão ao texto legal, conforme requerido no enunciado.

**Questão 41 – Gabarito mantido.**

A base legal da questão é o tipo penal constante no art. 301, do Código Penal, que assim dispõe:

**Certidão ou atestado ideologicamente falso**

Art. 301 - Atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem:

Pena - detenção, de dois meses a um ano.

Portanto, a redação que consta no enunciado é a descrição da conduta típica prevista na legislação penal, relativamente ao art. 301, do Código Penal.

**Questão 42 – Gabarito mantido.**

A base legal da questão é o art. 11, da Lei nº 14133/21, que assim dispõe:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:



- I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
  - II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a **justa competição**; (grifou-se)
  - III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
  - IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
- A segunda assertiva é falsa, pois dissonante ao texto legal. A assertiva traz “justa contratação”, quando a Lei expressamente prevê “justa competição”. Logo, as demais estão verdadeiras e em conformidade a redação legal no que tange aos objetivos, conforme requerido no enunciado.

#### **Questão 43 – Gabarito mantido.**

A base legal do enunciado da questão é o art. 12, da Lei nº 13300/16, que prevê a incidência das alternativas A, C, D e E, à exceção da alternativa B, que não está contemplada na redação do dispositivo, *in verbis*:

Art. 12. O mandado de injunção coletivo pode ser promovido:

- I - pelo Ministério Público, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático ou dos interesses sociais ou individuais indisponíveis;
- II - por partido político com representação no Congresso Nacional, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas de seus integrantes ou relacionados com a finalidade partidária;
- III - por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano, para assegurar o exercício de direitos, liberdades e prerrogativas em favor da totalidade ou de parte de seus membros ou associados, na forma de seus estatutos e desde que pertinentes a suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial;
- IV - pela Defensoria Pública, quando a tutela requerida for especialmente relevante para a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal.

#### **Questão 48 – Gabarito mantido.**

A base legal da questão é o art. 8, da Lei nº 10257/01, que assim preceitua:

Art. 8º Decorridos **cinco anos** de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública (grifou-se).

Portanto, a alternativa C é a correta, por estar fiel ao texto legal requerido no enunciado da questão, o qual

referiu de forma expressa o Estatuto da Cidade em tela.

#### **Questão 49 – Gabarito mantido.**

Art. 700. A ação monitória pode ser proposta por aquele que afirmar, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, ter direito de exigir do devedor capaz:

§ 6º É admissível ação monitória em face da Fazenda Pública.

§ 7º Na ação monitória, admite-se citação por qualquer dos meios permitidos para o procedimento comum.

Art. 702. Independentemente de prévia segurança do juízo, o réu poderá opor, nos próprios autos, no prazo previsto no [art. 701](#), embargos à ação monitória.

§ 6º Na ação monitória admite-se a reconvenção, sendo vedado o oferecimento de reconvenção à reconvenção.

§ 10º. O juiz condenará o autor de ação monitória proposta indevidamente e de má-fé ao pagamento, em favor do réu, de multa de até dez por cento sobre o valor da causa.

A assertiva I é afastada pelo art. 700, § 6º que traz a admissibilidade de ação monitória contra a Fazenda Pública.

A assertiva II está correta em razão da previsão do art. 700, § 7º, pela leitura do dispositivo acima referido.

A assertiva III está correta, amparada pelo art. 702, § 6º, do CPC, conforme redação acima.

A assertiva IV está incorreta e, portanto, afastada, em razão de que o dispositivo prevê o valor de multa de até dez por cento sobre o valor da causa e não de vinte por cento, como consta na assertiva.

Logo, as assertivas II e III estão em consonância a legislação processual civil, sendo que as assertivas I e IV estão dissonantes a lei processual civil.

**Questão 54 – Gabarito mantido.**

Conforme o enunciado da questão e com base em texto da Lei nº 4717/65, eis os dispositivos que o embasam:

Art. 13. A sentença que, apreciando o fundamento de direito do pedido, julgar a lide manifestamente temerária, condenará o autor ao pagamento do décuplo das custas.

Art. 18. A sentença terá eficácia de coisa julgada oponível "erga omnes", exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

Art. 19. A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal; da que julgar a ação procedente caberá apelação, **com efeito suspensivo.** (grifou-se)

§ 2º Das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer **qualquer cidadão e também o Ministério Público.** (grifou-se)

De acordo com o texto legal, apenas as assertivas I e II estão corretas, razão pela qual a questão merece Manutenção, considerando que o enunciado requeria a previsão da lei em tela. As assertivas III e IV estão dissonantes ao texto legal, conforme grifado acima.

**Questão 57 – Gabarito anulado.**

A questão gera dubiedade em seu entendimento ao mencionar o número da lei erroneamente, que induz o candidato a erro, dessa forma merece ser anulada.

**Questão 58 – Gabarito mantido.**

A conduta descrita no art. 335 do Código Penal e que consta na alternativa B corresponde, pela lei penal, aos crimes praticados por particular contra a Administração em geral.

As demais condutas arroladas nas alternativas A, C, D e E estão no Código Penal, nos arts. 337–E, 337–G, 337- I e 337 – N, cujos tipos penais encontram-se no Capítulo II – B, que tratam expressamente dos crimes em licitações e contratos administrativos.

**QUÍMICO INDUSTRIAL**

**Questão 49 – Gabarito mantido.**

A afirmação I está correta, pois a técnica de Difração de raios X é amplamente utilizada para análise da estrutura de um material cristalino.

A afirmação II está incorreta, pois raios X são refratados pela amostra quando as condições satisfazem a Lei de Bragg.

A afirmação III está incorreta, pois não houve determinação da técnica utilizada, e existem técnicas de Difração de Raios X onde o ângulo de incidência é variado ao longo da análise.

A afirmação IV está incorreta, pois Fluorescência de Raios X é uma técnica analítica distinta.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão 53 – Gabarito mantido.**

Segundo o livro Ciência e Engenharia dos Materiais (ASKELAND, Donald R.; WRIGHT, Wendelin J. Ciência e engenharia dos materiais – Tradução da 4ª edição norte-americana. 3rd ed. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2019):

*“A energia absorvida por um material antes de fraturar é conhecida como tenacidade, sendo algumas vezes medida como a área sob a curva tensão-deformação verdadeira (também conhecida como energia de fratura).”*

Segundo o livro Princípios de Ciência dos Materiais (VAN VLACK, Lawrence H., Princípio de Ciência dos Materiais, 13ª edição, São Paulo, Edgar Blucher, 1970):

*“Tenacidade é a medida de energia necessária para romper o material.”*

Portanto, a alternativa D está correta conforme bibliografia da área de ciência dos materiais.

**Questão 60 – Gabarito mantido.**

A alternativa “A” está incorreta, pois apresenta o item XVIII do conteúdo mínimo do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos (Art. 19º). Ainda, importante destacar que a lei mencionada no enunciado apresenta o conteúdo mínimo do plano estadual de resíduos sólidos, não elencando nenhum plano estadual de gestão integrada de resíduos sólidos, mas sim, planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos.

A alternativa “B” está correta conforme Artigo 24º.

A alternativa “C” está incorreta, conforme Artigo 19º.

A alternativa “D” está incorreta, conforme Artigo 9º.

A alternativa “E” está incorreta, conforme Artigo 13º.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

## **TURISMÓLOGO**

### **Questão 42 – Gabarito mantido.**

A primeira sentença é falsa, pois a análise dos objetivos e determinação dos pontos fortes e fracos não é a primeira etapa de um planejamento. A primeira etapa é a elaboração de um diagnóstico, ou seja, o levantamento da situação atual da localidade.

A segunda sentença é falsa, pois o faz parte do planejamento o diagnóstico, a definição de objetivos, a elaboração do plano de desenvolvimento e sua execução.

A terceira sentença é verdadeira, pois os estudos diagnósticos e a caracterização geral é parte da primeira etapa do planejamento.

A quarta sentença é verdadeiro, pois dentro da inventariação do destino é necessário efetivar a análise de todos os aspectos do destino, incluindo as condições gerais do destino, os recursos humanos e a caracterização da sua oferta.

A quinta questão é falsa – o levantamento dos dados preliminares faz parte do diagnóstico turístico.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

### **Questão 46 – Gabarito mantido.**

A questão tem como objeto a legislação específica do Turismo e se constitui como uma questão de análise de verdadeiro ou falso.

A primeira sentença é falsa, pois a legislação em questão trata exclusivamente das responsabilidades (as atribuições) públicas para desenvolvimento do setor.

A segunda sentença é verdadeira, pois a seção III dispõe do Sistema Nacional do Turismo e de seus objetivos.

A terceira sentença é verdadeira, pois está definida na legislação as regras para reembolso das operações de crédito.

A quarta sentença está incorreta, pois as operadoras receptivas não são consideradas prestadores de serviços turísticos pela legislação.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

### **Questão 51 – Gabarito mantido.**

A questão refere-se ao preenchimento das lacunas, identificando o conceito ao termo.

Primeira lacuna - Cerimonial – é um conjunto de formalidades que devem ser seguidos num ato solene.

Segunda lacuna- Protocolo – é o conjunto das normas (das regras) de condução do evento.

Terceira lacuna – Cerimonialista – profissional que conduz a cerimônia, definindo a composição de mesa, sequência de tratamento e procedência.

Quarta lacuna – Mestre de Cerimônia – profissional que faz a leitura do script do evento.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

### **Questão 53 – Gabarito mantido.**

Com relação a questão específica de gerenciamento de projetos, foi solicitado assinalar a alternativa correta.

Alterativa A – está correta – os componentes de um projeto são os econômicos, técnicos, recursos financeiros, administrativos e institucionais.

Alternativa B – está incorreta – a primeira etapa de um projeto ou iniciação se define o objetivo do projeto, identifica os atores envolvidos, e se estabelece os requisitos necessários para seu sucesso, posteriormente, na segunda etapa inicia-se a análise dos aspectos técnicos e a escala do projeto.

Alternativa C – está incorreta – o projeto não se repete ao longo do período, é uma ação que tem início, meio e fim.

Alternativa D – está incorreta – o escopo do projeto pode ser alterado, de acordo com as necessidades identificadas no decorrer de sua execução.

Alternativa E – está incorreta – pois o envolvimento dos atores em todas as etapas é um dos principais fatores de sucesso dos projetos.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

**Questão 56 – Gabarito mantido.**

A questão se refere as Políticas de Turismo de Santa Maria.

A primeira sentença é incorreta, pois o município de Santa Maria não dispõe de Secretaria de Município de Turismo. O Turismo é gestado pela pasta de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

A segunda sentença é correta – pois é objetivo da Política Municipal de Turismo de Santa Maria desenvolver o turismo de forma sustentável e integrada a região.

A terceira sentença é correta - pois o fomento e captação de eventos é objetivo específico da Política em questão.

A quarta sentença é correta – pois a gestão do mercado turístico é eixo condutor da Política em questão.

A quinta sentença é incorreta – não há projeto de dados e fatos em parceria com a UFSM.

Assim, mantém-se o gabarito preliminar.

Santa Maria/RS, 29 de outubro de 2024.

**Jorge Cladistone Pozzobom**  
**Prefeito Municipal**